

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 08/11/2016

- [SBP divulga manual com orientações para impacto da tecnologia](#)
- [Estudo com jovens diz que 46% não conhecem reforma do ensino médio](#)
- [Tribunal paraense ensina reciclagem a crianças abrigadas no Pará](#)
- [Programa “Pequenos Juizes na Corte” recebe alunos de escola municipal](#)
- [Mãe Coruja vai atender crianças com autismo, síndrome de Down e microcefalia](#)

Assunto: SBP divulga manual com orientações para impacto da tecnologia

Fonte: Portal Andi

Data: 08/11/2016



A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) divulgou um manual com orientações para que médicos, pais e educadores saibam lidar com os impactos da tecnologia e do mundo digital na saúde das crianças e adolescentes. Segundo a SPB, estudos científicos comprovam que a tecnologia influencia comportamento, levando à adoção de muitos comportamentos inadequados desde os primeiros anos de vida.

A presidente da SBP, Luciana Rodrigues da Silva, recomenda uma espécie de "dieta midiática", levando em consideração a idade e o desenvolvimento da criança e do adolescente. Ela comparou essa "dieta" a planos de reeducação física ou alimentar, nos quais é preciso o empenho dos pais e professores.

“Existem benefícios e prejuízos advindos dessas tecnologias. O desafio é saber usá-las na dose certa. Nestes contextos, o pediatra tem um papel central, pois, pelo respeito e confiança que recebe das famílias, pode ser o agente de mudanças ao orientar os pais a agirem diante de cenários de risco”, disse por meio da assessoria de imprensa a presidente da SBP, Luciana Rodrigues da Silva.

O título do manual é “Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital”. Segundo o documento, o uso excessivo da tecnologia por crianças e adolescentes está ligado ao aumento da ansiedade, à dificuldade de estabelecer relações sociais, ao estímulo à sexualização precoce, ao cyberbullying, ao comportamento violento ou agressivo, aos transtornos de sono e de alimentação, ao baixo rendimento escolar, às lesões por esforço repetitivo e à exposição precoce a drogas, entre outros. "Todos com efeitos danosos para a saúde individual e coletiva, com graves reflexos para o ambiente familiar e escolar", diz a SPB em texto divulgado à imprensa.

O manual cita, por exemplo, o levantamento "Tic Kids Online – Brasil", feito em 2015 pelo Comitê Gestor da Internet (CGI), com três mil famílias de 350 municípios e crianças e adolescentes com idades entre nove e 17 anos. Segundo a pesquisa, 80% deles usam a internet com frequência. Desse grupo, 37% afirmaram já ter visto alguém ser discriminado na internet no último ano.

Além disso, 20% disseram ter sido tratadas de forma ofensiva na internet. Entre os adolescentes vítimas, 21% deixaram de comer ou dormir por causa disso, 17% procuraram informações sobre como emagrecer, 10% pesquisaram formas para machucarem a si mesmos, 8% buscaram as drogas, e 7% declararam ter tido acesso a formas de praticar suicídio.

Outra preocupação é o chamado "tempo de tela", ou seja, o tempo em que as crianças e adolescentes permanecem em frente às telas. Isso deve ser limitado e proporcional à idade da criança e à etapa de seu desenvolvimento. É desencorajada, por exemplo, a exposição às telas digitais até os dois anos de idade, principalmente durante as refeições ou antes de dormir. No caso das crianças entre dois e cinco anos, o tempo de exposição deve ser no máximo de uma hora por dia. Computador ou televisão no quarto somente a partir dos dez anos. Mesmo no caso dos adolescentes, a orientação é para que não fiquem isolados em seus quartos.

Para qualquer idade, a orientação é evitar contatos com cenas de tiroteio, mortes ou desastres, ou nos quais haja recompensa por isso, uma vez que "banalizam a violência como sendo aceita para a resolução de conflitos, sem expor a dor ou sofrimento causado às vítimas". Também é preciso equilibrar as horas de jogos eletrônicos com atividades esportivas e brincadeiras e exercícios ao ar livre.

O manual orienta ainda diálogo, para que pais falem com os filhos sobre as regras de uso da internet, evitando compartilhar senhas, fotos ou informações pessoais com estranhos. Os pais também devem monitorar os hábitos dos filhos na internet, em especial nas redes sociais. O manual orienta ainda o uso de softwares que permitam a filtragem de conteúdo acessado pelos filhos.

Para fazer o manual, foram consultadas 30 pesquisas, entre elas trabalhos de pesquisadores da Academia Americana de Pediatria (AAP) e da Universidade do Novo México, nos Estados Unidos, e do Comitê Gestor da Internet (CGI) e do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Cetic.br), no Brasil. O texto foi elaborado pelo Departamento Científico (DC) de Adolescência da SBP, sob coordenação da médica Evelyn Einsentein. Ela é professora de Pediatria e Clínica de Adolescente e coordenadora de disciplina de Adolescência da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Assunto: Estudo com jovens diz que 46% não conhecem reforma do ensino médio

Fonte: Portal Andi

Data: 08/11/2016



Uma pesquisa feita pelo Senai em todo o país apontou que 46% dos estudantes afirmam não ter conhecimento sobre a proposta de reforma do ensino médio. Os resultados foram divulgados nesta segunda-feira (7).

O estudo “Os jovens, a educação e o ensino técnico” foi feito com 2.002 pessoas entre 13 e 18 anos. O Senai colheu informações de acordo com a distribuição populacional. Foram 38,5% na região Sudeste, 30,6% no Nordeste, 17,3% no Norte/Centro-Oeste e 13,7% no Sul.

O levantamento foi realizado em 85,8% com alunos da rede pública. Estudantes de instituições particulares somam 13,8%. Não respondeu 0,3%.

De acordo com o levantamento, 61,4% dos estudantes de escolas particulares se dizem mais informados sobre a reforma do que os estudantes da rede pública. O tópico mais rejeitado pelos estudantes é sobre o aumento da jornada para sete horas diárias (57% são contra, 36,1% são a favor, 5,4% não são contra nem a favor e 1,2% não respondeu).

Sobre a possibilidade de escolha das disciplinas a serem cursadas, 61,5% aprovam e 31,7% são contra. O percentual de jovens para quem a medida não é boa nem ruim é de 5,4%. O percentual entre os que não responderam foi de 1,2%.

A região com maior percentual de jovens que sabem da reforma no ensino médio é o Sul (65,7%). O Nordeste teve o pior desempenho, com 43,8%. No recorte das regiões Norte e Centro-Oeste, o número foi de 56,9%. No Sudeste, 53% disseram saber da mudança.

Pelo levantamento, 89,2% dos entrevistados afirmaram estudar atualmente. A pesquisa apontou que 85,8% estão matriculados em escola pública. Entre os jovens que preencheram os formulários, 18,2% afirmaram ter um emprego.

A pesquisa também abordou a educação profissional. Para 72,4% dos entrevistados, há pontos positivos no ensino para a obtenção do primeiro emprego. O estudo aponta que 65,3% aprovam a inclusão do curso técnico na grade do ensino médio; 26,5% reprovam; 6% não são contra nem a favor; e 2% não souberam responder.

Para o diretor-geral do Senai, Rafael Lucchesi, o alto índice de brasileiros desempregados favorece o crescimento do público que busca a formação profissional a fim de conquistar o primeiro emprego.

Lucchesi diz acreditar que existe um “preconceito institucional” do sistema educacional brasileiro contra a educação profissional. Segundo ele, a população em geral encontra aspectos positivos neste tipo de formação.

“Na atual reforma coloca-se progressivamente um aumento de 800 para 1,4 mil horas de carga horária anual, como há nos institutos federais. Quem faz isso no mundo? A média dos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico] tem 900 horas.”

Lucchesi se disse surpreso sobre o número de jovens desinformados sobre a reforma do Ensino Médio. “Considerando uma sociedade de massa e o nível de acesso à informação eu fico surpreso com a quantidade de pessoas que têm acesso a elas. Muitas vezes a pauta jornalística também informa incorretamente no debate político.”

Para o diretor, a educação profissional ocorre concomitantemente à educação regular em países da Europa, onde o “ensino médio não é rígido e inflexível, como o brasileiro”. O estudo aponta que 17% dos jovens brasileiros seguem do ensino médio para a Universidade e que o sistema educacional atual não oferece pleno emprego para a maior parte dos jovens.

“O ensino técnico visa a viabilizar a continuidade nos estudos para jovens de baixa renda. O que nós vamos corrigir é um segundo grave problema na matriz educacional brasileira. Apenas 5% dos formados no Brasil são engenheiros”, afirma Lucchesi.

Olimpíada do Conhecimento

Durante a divulgação do estudo, o Senai informou que deve receber 1,2 mil competidores na "Olimpíada do Conhecimento" e espera receber 100 mil visitantes durante o evento, que acontece entre quinta e domingo (10 e 13), no ginásio Nilson Nelson. Cerca de 50 mil estudantes de institutos federais, escolas públicas e alunos do Sesi e do Senai são esperados.

Outros 50 mil visitantes devem passar pelos estandes durante os quatro dias. A olimpíada recebe equipes de todos os estados e do Distrito Federal. Eles competem em sete provas – construção e edificações; tecnologias da informação e comunicação; engenharias agrícola e pecuária; moda e criatividade; tecnologia e manufatura e engenharias; transporte e logística; e serviços.

Os grupos têm de 16 a 20 horas para concluir desafios propostos pelos avaliadores do Senai. Cada equipe conta com orçamentos e recursos limitados para realizar a prova em até três dias. Os desafiantes também serão avaliados individualmente.

“Criamos uma olimpíada que tem o propósito de comunicar com os jovens. Haverá demonstrações profissionais, assim como mostras de ciências e engenharia do Sesi”, diz Lucchesi.

Assunto: Tribunal paraense ensina reciclagem a crianças abrigadas no Pará

Fonte: CNJ

Data: 08/11/2016



Nove crianças de 7 a 10 anos acolhidas pelos abrigos Unidade de Acolhimento Institucional (Unai) e Espaço Recomeçar, na Região Metropolitana de Belém, participaram do segundo dia da programação alusiva ao dia da criança, realizada na biblioteca do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). As crianças participaram de dinâmicas de incentivo à leitura, brincaram e receberam brindes, livros e lanches. Também aprenderam a reciclar embalagens, em oficina ministrada pelo Núcleo Socioambiental do tribunal.

Na atividade de contação de histórias, a bibliotecária do município de Santo Antônio do Tauá, Aline Barbosa, lançou mão de textos de Monteiro Lobato e orientou as crianças para que elas criassem versões próprias das histórias. “É muito importante que a criança crie a sua história por mais que não seja a história original, pois ela adquire o hábito da leitura, principalmente nessa faixa etária”, disse.

A oficina conduzida pelo Núcleo Socioambiental ensinou as crianças a plantar feijão numa mistura feita de embalagens trituradas e água, em vez de algodão. Para a educadora social do abrigo Espaço Recomeçar, Naide Barbosa, que já realiza trabalho de reciclagem de garrafas PET com crianças do abrigo, a técnica complementa o conhecimento. “Nós estamos num mundo em que temos que reciclar”, ensina.

Rondon do Pará — No município de Rondon do Pará, 10 crianças e um adolescente da Casa de Acolhimento receberam brinquedos arrecadados junto a magistrados e servidores da comarca. A ação, também alusiva ao dia da criança, foi acompanhada pela juíza auxiliar das corregedorias das comarcas do interior, Mônica Maciel, e pelos juízes José Jonas Lacerda de Sousa e Alessandra Rocha da Silva Souza. Os magistrados almoçaram com os acolhidos.



Assunto: Programa “Pequenos Juízes na Corte” recebe alunos de escola municipal

Fonte: CNJ

Data: 08/11/2016



Alunos do terceiro ao quinto ano da Escola Municipal Goiás, localizada no Distrito do Coração, realizaram na sexta-feira (21/10), uma visita à sede do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP). As crianças conheceram um pouco da formação e da estrutura da Justiça amapaense, e ainda puderam assistir à contação de histórias e receberam certificados e carteirinha de juiz mirim.



Os alunos foram recepcionados pela equipe de servidores do Cerimonial, Assessoria de Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoas e Assessoria de Comunicação e receberam as boas-vindas dos desembargadores Sueli Pini, Carlos Tork e Stella Ramos.

A aluna do 5º ano, Kerlye Borges, falou da felicidade de conhecer a instituição e que a experiência ofereceu a ela um conhecimento muito importante sobre o funcionamento da Justiça. “Eu achei muito legal porque eles mostraram coisas que eu achava que nunca iria conhecer. Quero agradecer por abrirem as portas para nós, para que a gente aprenda sobre esse lugar que faz Justiça para as pessoas da sociedade”, comentou a menina.

A contadora de história e colaboradora do TJAP, Ângela Carvalho, fez a entrega do livro Trabalho de Criança não é brincadeira, que faz parte do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e contribui para orientar de forma lúdica sobre os direitos desses menores. “O livro é de fácil leitura e tem inclusive poucos versos. Ele fala sobre a importância de a criança ter responsabilidade e ajudar nas tarefas da casa, mas que trabalho pesado não é brincadeira e educação é prioridade para eles”, explicou.

Assunto: Mãe Coruja vai atender crianças com autismo, síndrome de Down e microcefalia

Fonte: Diário de PE

Data: 08/11/2016



Próximo de completar 10 anos de existência, o programa Mãe Coruja criará, a partir de janeiro de 2017, um novo braço para atender crianças com autismo, síndrome de Down e microcefalia. A ampliação ocorrerá primeiro nos sertões do Araripe e Moxotó, com qualificação da rede e expansão do acesso aos serviços de saúde. Em seguida, o projeto será trazido à Região Metropolitana.

O anúncio foi feito ontem, no VI Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância, no Arcádia Paço Alfândega. Essa é a primeira vez que o encontro, organizado pelo Núcleo Ciência pela Infância (NCPI), acontece fora de São Paulo. A mudança visa permitir o acesso ao conhecimento sobre desenvolvimento infantil para outras regiões do país. Pernambuco confirmou, até agosto deste ano, 376 casos de bebês com microcefalia. A ampliação do programa, que está sendo chamada de “olhar direcionado”, visa permitir o acesso de todas as crianças a serviços qualificados nas proximidades da própria casa. O trabalho será focado em crianças de zero a três anos. Protocolos estão sendo finalizados para embasar o novo foco. Já se sabe que haverá cartilhas com orientações para famílias e profissionais. “Como governador, tenho satisfação em compartilhar a experiência do estado no desenvolvimento de uma política pública tão importante quanto o Mãe Coruja”, disse Paulo Câmara, que enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa para assegurar orçamento para o programa e evitar a descontinuidade da iniciativa, já premiada pelas organizações das Nações Unidas e dos Estados Americanos. Se o projeto for aprovado, o Mãe Coruja terá orçamento próprio e ficará protegido de contingenciamento. “O estado está preparado para atender o deficiente físico, mas os neurológicos são mais sacrificados. O esforço é para abrir a rede”, afirmou a primeira-dama de Pernambuco, Ana Luiza Câmara.

Durante o simpósio, também foi lançada a sistematização do Mãe Coruja, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. O conjunto inclui quatro volumes documentando a história e a metodologia do programa, e duas pesquisas em desenvolvimento - uma qualitativa e outra quantitativa. Coordenado pelo economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Ricardo Paes de Barros, o trabalho quantitativo mostrou que nos municípios com o Mãe Coruja houve decréscimo de gravidez na adolescência, aumento no aleitamento materno exclusivo e ampliação do acesso aos serviços de pré-natal.

Já na pesquisa qualitativa, coordenada pela professora aposentada da UFPE e sócia da Ceplan Consultoria Econômica e Planejamento, Tânia Bacelar, foram identificados os pontos fortes e fracos, e os desafios do Mãe Coruja. Dentre os pontos fortes, o modelo de monitoramento sistemático, os círculos de educação e cultura, o fortalecimento dos vínculos familiares e o estímulo ao empoderamento das usuárias.

A dificuldade na articulação, o acompanhamento pós-parto e na primeira infância, o vínculo contratual e a seleção dos profissionais foram pontos fracos. As pesquisas completas, assim como os volumes, serão apresentadas até o começo do próximo ano. A intenção é que eles sirvam de base para replicar o modelo de Pernambuco em outros estados e municípios do país.